

DIÁRIO DE BORDO

BOA INICIATIVA DA ANVISA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

A COMPETITIVIDADE do agronegócio brasileiro já é superconhecida interna e externamente, e os números das exportações do setor são a mais candente prova dessa condição.

Por trás desta importante inserção internacional, vários fatores alinham-se, mas nenhum é tão relevante quanto a adoção de inovações. As tecnologias desenvolvidas por nossos cientistas nas mais diferentes instituições de pesquisa, universidades e empresas privadas e sua assunção pelos produtores rurais são, sem dúvida, a principal força motriz de nossas vantagens comparativas. Desde novas variedades e técnicas de cultivo até modernização de gestão, temos avançado significativamente. E regulamentar estes avanços é essencial.

Esteve em andamento, até recentemente, uma consulta pública liderada pela Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (Anvisa) com o objetivo de atualizar os atos reguladores federais que cuidam de defensivos agrícolas.

Trata-se de iniciativa meritória e da maior importância. Um país tropical como o nosso é bastante dependente de defensivos adequados, muitas vezes aplicados intensamente, e a sustentabilidade deste trabalho é indispensável, não apenas do ponto de vista ambiental, mas também sob a ótica comercial, inclusive tendo em vista o mercado internacional. O nível de exigência sanitária dos consumidores do mundo todo vem crescendo, de modo que é fundamental trabalhar com insumos garantidores da produção, da produtividade e da renda dos agricultores, preservando cada vez mais os recursos naturais.

Por isso, essa atualização é necessária. Periodicamente ela deve ser realizada, tanto para alinhar os nossos padrões de exigência com os dos nossos concorrentes que executam uma agricultura desenvolvida, quanto para garantir, com isso, níveis de qualidade e segurança dos alimentos iguais ou melhores do que os de nossos competidores de qualquer região do Planeta. Só com regulamentação moderna e atualizada poderemos oferecer aos consumidores brasileiros e de fora a garantia de alimentos seguros.

Para tudo isso funcionar a contento, pelo menos três itens são essenciais.

O primeiro é a avaliação de risco de cada novo insumo desenvolvido pela indústria setorial. Esse tema deve ser prioritário sobre qualquer outro procedimento, porque dará, por um lado, a certeza da aplicação correta dos defensivos agrícolas e, por outro lado, a segurança de que os alimentos produzidos estejam em linha com os padrões internacionalmente aceitos.

O segundo item é a aplicação dos requisitos do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS, na sigla mundial), com o objetivo de manter o Brasil alinhado ao cenário global. Em outras palavras, temos que modernizar nossos regulamentos sem fugir das regras universalmente aceitas.

E, por último, precisamos licenciar mais rapidamente as novas moléculas produzidas pela indústria de defensivos. Uma aprovação dessas chega a demorar mais de cinco anos aqui no Brasil, de modo que, quando a nova molécula é licenciada, já perdeu até mesmo parte de sua atualidade. Excesso de burocracia.

Isso afasta investimentos de pesquisa desse importante setor, do qual pode depender o sucesso de uma safra inteira. O exemplo da falta de defensivos licenciados para o combate à *Helicoverpa armigera* ainda é bem recente e assustador. ■

